

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Recebido em 25 109 12007 às 16 50

CONGRESSO NACIONAL

Matr.: Matr.:

MPV - 394/07

00120

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

setembro de 2007, pelos seguintes valores:

	a Provisória N.º 394/2007	
Autor: Deputado Gonzaga Patriota	N.º Prontuá	irio: 143
1. Supressiva 2. X Substitutiva 3. Modificativa 4.	Aditiva 5. Subs	etitutiva/Global
Página: 1/3 Artigo: Parágrafo:	Inciso:	Alínea:

## ANEXO

Substituam-se os valores das taxas previstas no Anexo da Medida Provisória n.º 394, de 20 de

## TABELA DE TAXAS

SITUAÇÃO	
l - Registro de arma de fogo	10,00
II - Renovação do certificado de registro de arma de fogo	10,00
III - Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	60,00
<ul> <li>IV - Renovação do certificado de registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores</li> </ul>	60,00
V - Expedição de porte de arma de fogo	300,00
VI - Renovação de porte de arma de fogo	
VII - Expedição de segunda via de certificado de registro de arma de fogo	10,00
VIII - Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	60,00

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas — Sinarm, define crimes e dá outras providências, prevê taxas de R\$ 300,00 (trezentos reais) para a concessão e renovação do registro de arma de fogo.

**Assinatura** 

238 FE DE 1 238 FE H 1 394 FE H



Data: 25/09/2007	Proposição: Medio	Proposição: Medida Provisória N.º 394/2007		
Autor: Deputado Gonzaga Patriota		N.º Prontuário: 143		

**TEXTO/ JUSTIFICATIVA** 

As altas taxas são confiscatórias e discriminatórias, pois inviabilizam o cidadão de baixa renda dispor de arma de fogo, para a sua defesa pessoal bem como para a proteção dos seus familiares, dentro de legalidade, apontadas pelos especialistas como principal entrave ao êxito do recadastramento das armas de fogo, conforme determina a própria Lei 10.826, de 2003.

Em um um universo estimado de 15 milhões de armas, cerca de apenas 200 mil foram recadastradas efetivamente pela Polícia Federal, levando-nos a inferir que o Brasil corre o risco de se tornar um dos campeões mundiais das armas ilegais. E esse fato é ainda mais triste quando lembramos que o Brasil já possuiu um dos melhores cadastros de armas de fogo do mundo.

O governo federal, ao editar a Medida Provisória 394/07, reconheceu implicitamente que as taxas previstas em lei estão absurdamente elevadas. A MP traz o ANEXO com a seguinte tabela:

SITUAÇÃO		
I - Registro de arma de fogo		
até dezembro de 2007	30,00	
de 1° de janeiro de 2008 a 30 de abril de 2008	45,00	
de 1º de maio de 2008 a 2 de julho de 2008	60,00	
II - Renovação do certificado de registro de arma de fogo		
até dezembro de 2007	30,00	
de 1° de janeiro de 2008 a 30 de abril de 2008	45,00	
de 1º de maio de 2008 a 2 de julho de 2008	60,00	
III - Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores		
até dezembro de 2007	30,00	
de 1º de janeiro de 2008 a 30 de abril de 2008	45,00	
de 1º de maio de 2008 a 2 de julho de 2008		
<ul> <li>IV - Renovação do certificado de registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de</li> </ul>		
transporte de valores	i	
até dezembro de 2007	30,00	
de 1° de janeiro de 2008 a 30 de abril de 2008	45,00	
de 1º de maio de 2008 a 2 de julho de 2008	60,00	
V - Expedição de porte de arma de fogo	1.000,00	
VI - Renovação de porte de arma de fogo	1.000,00	
VII - Expedição de segunda via de certificado de registro de arma de fogo	300,00	
VIII - Expedição de segunda via de porte de arma de fogo	1,000,00	

**Assinatura** 

239 F MN/39 F/07



APRESEN	TAÇÃO DE	EMENDAS		
Data: 25/09/2007	***************************************	Proposição: Medida	Provisória N.º	394/2007
Autor: Deputado	Gonzaga Patri	ota	N.º Prontuário: 143	
1. Supressiva 2	2. X Substitutiva	3. Modificativa 4.	Aditiva 5. S	ubstitutiva/Globa
Página: 3/3	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
		TEXTO/ JUSTIFICATIVA		

tenha sido significativa, acreditamos ser ainda muito tímida a proposta do governo, pois, não podemos esquecer que para boa parte do Brasil não possui condições de arcar com elevadas taxas, onerando o orçamento familiar, pior ainda seria imaginar que um Pai de família disporia de R\$ 1.000,00 para tirar o porte para sua arma, para poder por exemplo buscar sua filha a noite no ponto de ônibus, nas regiões afastadas e pobres deste pais. A taxa não pode ser o fator inibitório para a obtenção do porte, e sim as demais exigências, que já são bastante restritivas, e fará uma seleção natural dos pretendentes. Por isso, sugerimos um valor simbólico de R\$ 10,00 (dez reais) para garantir o efetivo cadastramento de todos os proprietários de armas e não apenas que possam pagar para manter a legalidade.

Em função do teor da proposição e da justificação que a ela se segue, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

**Assinatura**